

Necessidade do universalismo europeu

GERALDO HOLANDA CAVALCANTI*

Há cerca de um ano, tive a oportunidade de bosquejar um quadro das relações actuais entre a Europa e a América Latina em geral, e o Brasil em particular, e de ensaiar alguns prognósticos sobre o futuro dessas relações.

O quadro por mim pintado não estimulava esperanças lisonjeiras para o futuro imediato das relações da Comunidade com a região latino-americana e nem mesmo para as relações com o Brasil. Não deve parecer fora de propósito minha insistência em mencionar a região latino-americana sempre que falo sobre as relações entre a Comunidade e o Brasil. Na verdade, embora com nítidas características de especificidade, as relações da CEE com o Brasil não deixam de se enquadrar na moldura geral das relações CEE-América Latina. Deixarei de lado, porém, desta vez, as considerações regionais, sobre as quais me detive em artigo anterior¹, e procurarei aprofundar as então esboçadas sobre as relações particulares com o Brasil. Antes, porém, terei que evocar alguns aspectos da moldura geral das relações para poder dar perspectiva ao que se segue.

A Comunidade tende a preferir encarar suas relações com o resto do mundo englobando os países em conjuntos de uma certa coerência económica e mesmo política. Além disso, tende a estabelecer uma certa hierarquia de interesse para suas relações com os distintos conjuntos por ela definidos. Nessa hierarquia, a América Latina insere-se num círculo de baixa prioridade económica e política. Do ponto de vista económico, a região latino-americana apresenta-se como de reduzido dinamismo, potencial de comércio declinante e problemática para os investimentos europeus, porque incapaz de fazer as reformas estruturais internas necessárias para sair da recessão em que está mergulhada e de resolver adequadamente, num prazo razoável, o problema de seu endividamento externo. Para o presente diagnóstico, não interessa debater aqui as causas desse 'estado de coisas nem as responsabilidades, que são também externas, pelo mesmo. Do ponto de vista político, a Comunidade tende a ver a região como frágil em suas estruturas democráticas e pertencente a um sistema de relações externas que a coloca sob a esfera de influência dos

* Embaixador do Brasil junto às Comunidades Europeias

¹ Ver do mesmo autor o artigo «Europa-Brasil: Um Balanço». *Estratégia*. n.º 5, Outono-Inverno 1988-89.

Estados Unidos da América. Tão pouco para o presente diagnóstico interessa examinar a fundo a razão dessa interpretação dos factos e a extensão de seu equívoco.

Nesse quadro regional, destaca-se o Brasil, do lado positivo, por suas dimensões, por suas riquezas naturais, pela qualidade e pelo volume de sua produção industrial, pela composição e pela quantidade de suas exportações, pelas potencialidades de suas importações, pelo dinamismo de sua presença externa em determinados sectores (serviços, por exemplo) e por suas iniciativas sub-regionais de integração económica, aspecto particularmente de interesse para a Comunidade; do lado negativo, distingue-se pelas dimensões do seu problema de endividamento externo e por sua resistência em adoptar, no ritmo e na extensão que a Comunidade consideraria desejável, medidas de reforma interna nos sectores económicos e financeiro.

Como repercutem essas concepções no dia-a-dia das relações bilaterais?

Em primeiro lugar, como a Comunidade, de uma maneira geral, procura não distinguir países individuais em suas relações externas, senão inseri-los em contextos mais amplos de carácter regional, sub-regional ou mesmo trans-regional, dificilmente poderia ela privilegiar, de qualquer forma que fosse, as relações bilaterais com o Brasil. Isso dificulta iniciativas tendentes a valorizar as relações, mesmo no caso de estar convencida a Comissão de que tal política é do interesse comunitário. A Comunidade tenderá a «equilibrar» possíveis iniciativas de favorecimento às relações com um país determinado com iniciativas paralelas ou assemelhadas junto a países que, dentro de sua visão globalizante, apresentem características semelhantes, do ponto de vista dos interesses comunitários. No caso do Brasil isso significa «ponderar» as relações bilaterais com as relações com outros países em desenvolvimento de avançado estágio industrial, na região e fora dela. Ora, como toda a política de cooperação económica se traduz em despesa, isso significaria, também, que os recursos disponíveis para qualquer programa de intensificação das relações bilaterais se diluiriam em diversos programas assemelhados.

Em segundo lugar - e talvez este aspecto devesse ser mencionado com anterioridade ao acima citado - possivelmente porque a política externa releva do âmbito das relações bilaterais dos Estados membros, não tem a Comunidade, como tal, «objectivos» próprios de política exterior. Assim, não se pode falar de uma política comunitária com respeito aos países em desenvolvimento em geral (ressalvado o caso especial das relações com os países ACP, herança do relacionamento colonial de certos países europeus, membros da CEE, com o resto do mundo), nem de uma política asiática, ou latino-americana, etc. E isso inibe

a Comissão, em tanto que instrumento executivo da Comunidade, de apresentar propostas ao Conselho que digam respeito à fixação de objectivos de longo prazo nas relações com países ou grupos de países extracomunitários.

O exemplo da aprovação, em Julho do ano passado, das «Conclusões sobre as Relações entre a Comunidade Europeia e a América Latina» é bem ilustrativo do que acabo de dizer. O Conselho aprovou, relutantemente e após vários adiamentos, as referidas Conclusões que, em parte, só foram afinal adoptadas em conjugação com outra proposta da Comissão sobre a «Cooperação Industrial com certos países em desenvolvimento da América Latina, Ásia, Golfo e Mediterrâneo», seguindo o princípio do equilíbrio. Na implementação deste último programa, a preocupação dominante da Comissão tem sido a de distribuir os limitadíssimos recursos de que dispõe para esse fim específico pelo mais diversificado número de países possível.

Um projecto político

À luz do exposto, o cenário inercial das relações bilaterais entre a Comunidade e o Brasil é previsível. Como existe, de parte a parte, um interesse evidente em aprofundar e diversificar as relações, tirá-las da ênfase em aspectos contenciosos e colocá-las mais firmemente no universo da cooperação económica, científica, técnica e tecnológica, deverão estreitar-se os contactos, será mais densa a rede de interesses mútuos, aumentará o conhecimento recíproco, seguramente se ampliará o número de programas e projectos em que estarão envolvidos técnicos brasileiros e comunitários, e, é de se esperar, será beneficiado o comércio recíproco. Resta saber se isso é o suficiente; se, levando em conta o potencial de cooperação entre as duas partes, não se estaria desperdiçando grandes oportunidades de benefícios mútuos ao não se buscar privilegiar a relação bilateral e estendê-la ao limite dessas potencialidades. Pessoalmente, estou convencido de que sim.

E neste ponto retomo e amplio algumas das reflexões que fiz em meu precedente artigo.

A primeira delas é a de que a Comunidade, embora um projecto económico, tem uma inegável vocação política, a qual vem se afirmando paulatinamente, à medida que o projecto de integração avança. Faz parte dessa vocação política a defesa de certos valores que se identificam com o essencial das conquistas do que se chama a civilização ocidental: a preeminência do Estado de direito sobre o Estado da força, o respeito aos direitos humanos, a precedência dos valores espirituais sobre os materiais, a superioridade dos regimes representativos, a noção de responsabilidade com relação à preservação do habitat

natural humano, os princípios de solidariedade e de equidade, o respeito à liberdade individual na escolha de fé, profissão, actividade económica ou comportamento político, entre outros.

Ora, quer-me parecer que tais princípios não se preservam nem se defendem numa fortaleza sitiada, mas através da incorporação da humanidade inteira à prática desses valores. Por formas equivocadas, às vezes, ambíguas, outras, involuntárias, na maior parte das vezes, e indirectas, quase sempre, foram os europeus, através da incorporação que fizeram dos povos de quase todo o globo terrestre às concepções de civilização da Europa, os povos que mais contribuíram para a universalização desse sistema de valores a que se chama de mundo ocidental.

Nenhuma parte do mundo fora do continente americano incorporou mais completamente esse sistema de valores. De uma certa maneira, quase que se poderia dizer que a América é uma extensão da Europa. E isso é válido não somente para a parte anglo-saxónica do continente mas também, e não menos intensamente, para a enorme parte latina. Fechar as fronteiras da Europa na orla dos limites de doze, amanhã, quem sabe, treze, catorze, vinte países que sejam, é amputar o tronco de ramos que só podem engrandecer a árvore, torná-la mais pujante e mais duradora. Ora, com relação à América Latina o que está ocorrendo é, praticamente, um divórcio. Obviamente, quanto mais relegadas fiquem essas relações a um plano de baixa prioridade, menos aparentes se tornam as razões para reverter essa situação, porque menos interessantes as relações se tornam, a curto prazo. É preciso uma deliberada opção para sair desse círculo vicioso e essa opção só pode ter por fundamento um projecto político.

A esse projecto político não faltariam, a meu ver, fundamentos igualmente económicos. Em minha intervenção do ano passado, observava que, não obstante seus inegáveis progressos, a economia comunitária apresentava alguns pontos vulneráveis em comparação com a economia dos dois outros grandes centros mundiais, os Estados Unidos da América e o Japão. Além de estar, em grande parte, fundada sobre um proteccionismo cada vez mais contestável e contestado, revelava-se incapaz de resolver o problema do desemprego, das baixas taxas de crescimento, dos índices inferiores de produtividade, da incorporação acelerada de novas tecnologias e da competição internacional. Acrescentei que, mesmo com o impulso inegável que derivará da realização do mercado único, a partir de 1992, não seria absurdo prever que um mercado estagnado, se não declinante, em termos de população (a Europa dos doze, no ano 2000, terá menos habitantes do que a de hoje) poderia representar um factor negativo para o desenvolvimento económico comparativo.

Ora, uma associação selectiva e equilibrada com a América Latina, ou, pelo menos, com certos países da América Latina, poderia, em câmbio, proporcionar à economia comunitária o mercado em expansão que beneficiaria a revolução tecnológica europeia e a dinamização de sua indústria, de modo a reabsorver grande parte da mão-de-obra desempregada. Mas alertei também para o facto de que uma tal associação só seria possível, e só interessaria aos países latino-americanos, na medida em que se procedesse dentro da óptica de complementação de interesses e de distribuição equitativa dos benefícios recíprocos e não como mero seguimento de práticas semi-colonialistas ou, quanto muito, de paternalismo disfarçado.

Relações extracontinentais

Isto leva-me à última parte de minhas considerações: que representa a presença de Portugal na Comunidade para as relações entre o Brasil e a Europa dos doze?

Para mim, a presença de Portugal na Comunidade oferece uma oportunidade ímpar de motivação comunitária para um pensamento estratégico nas suas relações extracontinentais.

Não quero cair na fácil retórica que, no passado, tantas vezes tingiu os pronunciamentos sobre as relações luso-brasileiras e, mais recentemente, inflama as manifestações por vezes feitas sobre o significado para o Brasil da presença portuguesa na Comunidade Económica Europeia. Procurarei ser justo e dar as dimensões exactas do problema.

No que diz respeito às relações luso-brasileiras, os decantados laços de união entre nossos povos têm feito mais parte de uma retórica oficial que se esparramou, por assim dizer, nos lugares-comuns que habitam o linguajar popular, do que correspondido a uma realidade económica forte ou mesmo a uma realidade cultural ampla e significativa. No plano económico, têm sido débeis e pouco prioritárias as relações tanto comerciais quanto de cooperação científica, técnica ou tecnológica, bem como a cooperação financeira e no plano dos investimentos. No campo cultural, seja no mais geral das relações políticas, seja no mais específico do intercâmbio literário, musical ou artístico, temos, cada povo, mais estreitos vínculos com países de língua estranha à nossa língua comum do que entre os dois. Tão pouco vou examinar aqui as razões desse estranhamento. Limito-me a constatá-lo.

Ora, é precisamente a partir da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia que vemos esboçar-se um movimento de reversão dessa tendência para o imobilismo e a

retórica nas relações luso-brasileiras e aparecer uma preocupação consciente e determinada de reexaminá-las de modo a intensificá-las, diversificá-las e promovê-las em todos os domínios. Isso não é necessariamente o resultado nem de uma projecção ou revalorização dos laços de união entre os dois países, nem muito menos, da súbita percepção das potencialidades especiais da cooperação luso-brasileira. Se não estou equivocado em minha análise, acho que o fenómeno resulta, do lado português, de um processo geral de abertura da economia nacional para influências externas, em parte decorrente do próprio movimento interno da sociedade portuguesa no sentido de modernizar-se, de substituir ou transformar as estruturas conservadoras que mantiveram o país por tanto tempo ligado a formas tradicionais de actividade económica e comportamento social e político, mas também em parte decorrente das pressões externas resultantes do processo de adesão à Comunidade, decisão esta, ela mesma, buscada voluntária e soberanamente por Portugal. Do lado brasileiro, a progressiva internacionalização da sua economia levaria, inevitavelmente, a que os brasileiros buscassem em Portugal um de seus primeiros pontos de apoio para actividades no exterior, em regiões até agora basicamente sujeitas a influências portuguesas ou europeias, em virtude daqueles mesmos factores culturais que, se não determinantes para as relações económicas, são notadamente relevantes para as mesmas. Tal é o caso das relações económicas com a África. E tal é o caso, mais recentemente, de um novo tipo de relações com a própria Europa.

Devo reconhecer que nem tudo o que se tem feito, de parte a parte, tem sido pesado e medido em todas as suas implicações e correspondido aos objectivos colimados. Do lado de Portugal poderia estar faltando uma estratégia definida sobre a incorporação da cooperação internacional para o processo de modernização de sua economia.

Refiro-me a um programa com metas qualitativas, quantitativas e temporais para essa assimilação do esforço estrangeiro. Do lado brasileiro, existem debilidades na abordagem dos esquemas de cooperação que resultam em parte de motivações equivocadas, em parte de desconhecimento do sentido real e das possibilidades que pode oferecer a associação com Portugal. No que diz respeito às motivações erradas, não seria a menor delas a de procurar alternativas de aplicação de capitais em Portugal pela simples razão de fugir a uma conjuntura desfavorável aos investimentos de longo fôlego no Brasil. Mais grave, porém, é o desconhecimento não apenas das estratégias portuguesas mas também das reais possibilidades da economia de Portugal e, sobretudo, do significado da adesão à Comunidade para a evolução de sua economia. Não são essas dificuldades razão para desfazer dos objectivos de aproximação das duas economias, que estão correctos, senão

para aprender com os possíveis insucessos e reorientar a acção no sentido desejado. Estou convencido de que a estreita associação de capitais brasileiros e portugueses, no Brasil e em Portugal, e mesmo em terceiros países, para acelerar o processo de modernização de ambas as economias, aproveitando-se dos incentivos que a participação de Portugal na CEE oferece, é um objectivo correcto, que ela beneficiará os dois povos e servirá à causa da aproximação política e cultural entre eles. Estou igualmente convencido de que a posse de um idioma comum é instrumento de inestimável valor, ao qual deveríamos dar toda a utilização que faculta.

Estratégias de relacionamento

No que diz respeito ao que Portugal pode representar para o pensamento estratégico da CEE, limito-me, como é natural, a algumas reflexões sobre o seu significado para as relações do Brasil em particular com a CEE.

Sobre isso, igualmente, devemos fugir à tentação de sermos retóricos. Portugal não aderiu a uma «ideia» comunitária, a uma concepção em busca de uma feição, de um formato, de um programa ou de uma estratégia, mas a uma «realidade» comunitária. A CEE existe como projecto e como facto e foi por concluir ser vantajoso para Portugal associar-se a esse projecto e fazer parte desse facto que Portugal tomou a decisão pejada de responsabilidades de sua adesão. Portanto, a adesão de Portugal não foi para «mudar» a Comunidade, senão para servir a ela e dela servir-se, em vista de um objectivo comum. Ao mesmo tempo, porém, por fazer parte agora da Comunidade, Portugal torna-se partícipe da formulação das decisões comuns e passará a poder influenciar na formulação do pensamento comunitário, seja de ordem táctica, seja de ordem estratégica. Colocado histórica e geograficamente como uma cabeça de Janus entre a Europa e o Atlântico, Portugal pode ver-se atraído pela sua vocação europeia e deixar-se absorver no processo de ensimesmamento que preside, actualmente, ao estabelecimento da fortaleza Europa. Pode, por outro lado, contribuir, com sua vocação atlântica, para emprestar os olhos de sua face voltada para o mar a uma Europa demasiado centrada nela mesma. Esperamos que seja essa a ênfase da contribuição portuguesa ao pensamento comunitário no domínio de sua política externa. Portugal terá tanto melhores condições para desempenhar este papel quanto, de todos os povos europeus que historicamente tiveram uma presença colonial significativa no ultramar, é aquele que melhor soube desprender-se dos ranços paternalistas

que uma prolongada tutoria política ou económica inevitavelmente deixa nos povos colonizadores.

É essa presença de Portugal no seio da Comunidade o elemento novo que justifica o exercício de reflectir sobre a «cooperação entre a Comunidade a doze e o Brasil na perspectiva de 1992» que me foi proposto. Nenhum outro câmbio fundamental existe no momento, ou na perspectiva de 1992, para permitir esperar que se produza uma radical mudança nas tendências das relações brasileiro-comunitárias. Existe, sim, e já me referi a isso, um desejo recíproco do governo brasileiro e do executivo comunitário de aprofundar e diversificar as relações e de enfatizar os aspectos construtivos de cooperação em detrimento dos aspectos conflituos e contenciosos. Mas não parecem existir instrumentos capazes de dar a essas intenções a possibilidade de concreção na escala de suas potencialidades. Não é um pouco mais de cooperação o que será capaz de mudar o panorama das relações globais na década que nos sobra até ao novo milénio. O que se pergunta é se não faria sentido uma reavaliação do tipo de relações de modo a materializar as enormes potencialidades de uma cooperação benéfica para ambas as partes. E é de Portugal que pode partir essa reavaliação e essa tentativa de reorientação.

Não é vã essa pergunta. Já vimos partir de uma alta personalidade comunitária o comentário sobre a «necessidade» em que estará Portugal de rever seu relacionamento especial com o Brasil na perspectiva do mercado único em 1992. Longe de entrever nesse relacionamento a possibilidade de um aporte positivo de Portugal ao dinamismo económico da Comunidade e uma porta para a incorporação de maior território para a expansão económica dos doze, esse tipo de reflexão parece dirigido a confirmar os receios de que o que a Comunidade espera é que a contribuição portuguesa se faça na construção do muro europeu e não no fornecimento de aberturas para o mundo.

É uma alternativa sobre a qual não cabe senão ao governo português decidir. Minha esperança é a de que nessa decisão prevaleça a faceta do espírito português que permitiu a grande aventura do universalismo sobre o que no espírito europeu persiste do provincianismo do velho do Restelo.